

## PROJETO DE LEI Nº DE 2022

(do Sr. Túlio Gadêlha)

Veda a realização de atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas em áreas de risco de desastre, alterando a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A [Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º ..... :

.....

XVI – Coibir práticas de exploração comercial ou turística em áreas de risco de desastres e estimular o turismo ecológico seguro, com base no monitoramento de que trata o inciso VIII.”

**Art. 2º** A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-C. Fica vedada a prática de atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas em áreas onde se identifique risco de desastre ambiental ou risco para a saúde e para a vida humana.

§ 1º É competência comum à União, aos Estados e Municípios:

I – Realizar o efetivo isolamento da área onde se identifique os riscos de que trata o caput.



II – Efetuar o monitoramento contínuo das condições de segurança, com base em laudos geotécnicos.

§ 2º A proibição de atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas durará o período que for necessário para o restabelecimento das condições de segurança, atestado por laudo geotécnico especializado expedido pelo Poder Público.”

**Art. 3º** A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 61-A. ....

.....

§ 12-A. É vedada a exploração de atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas em área onde haja risco de dano ambiental ou risco à saúde e à vida humana.”

**Art. 4º** A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 54. ....

.....

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem:

I - Deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

II – Autorizar ou auferir rendimentos com atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas em área onde haja risco de dano ambiental ou risco à saúde e à vida humana.

**Art. 5º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 132. ....



.....

Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre de:

I - o transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais; ou

II – da exploração remunerada de atividade comercial, turística, desportiva ou recreativa em desacordo com as normas legais.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225966836200>



## JUSTIFICATIVA

Os brasileiros testemunharam, no início do ano de 2022, uma série de desastres naturais com consequências graves para a população. A legislação já prevê regras e procedimentos para se prevenir os riscos para pessoas que habitam em regiões de risco. Contudo, um dos episódios recentes chamou a atenção para falhas na normatização de atividades relacionadas ao ecoturismo.

No dia 8 de janeiro de 2022, quatro embarcações que visitavam o lago de Furnas na cidade de Capitólio (MG), foram atingidas pelo desmoronamento de uma rocha do cânion, deixando ao menos dez mortos. As embarcações atingidas

O presente Projeto de Lei prevenir que se repitam episódios como esse, em que pessoas foram expostas ao risco de um desastre natural em seu momento de lazer.

Identificou-se que a legislação já é suficientemente completa quanto ao monitoramento dos riscos de desastres naturais. A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, já estabelece as condições para que a União, Estados e Municípios cooperem para realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, bem como dos riscos biológicos, nucleares e químicos, e produzir alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres. A mesma Lei estabelece ainda a criação do cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos e do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Ainda em apertada síntese, a Lei estabelece a abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência.

Nesse sentido, quanto ao monitoramento dos riscos de desastres, basta cumprir a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Identificou-se, entretanto, que a legislação é ainda permissiva, por omissão, à prática de atividades turísticas, desportivas ou recreativas em áreas de risco de desastre, por não estabelecer a responsabilização dos agentes econômicos (de forma geral, empresários que exploram o turismo ecológico e atividades correlatas) pela segurança dos turistas. Portanto, o presente Projeto de Lei veda expressamente a realização dessas atividades em áreas de risco de desastre, ao mesmo tempo em que tipifica a prática como crime tanto sob o ponto de vista ambiental quanto penal.

Efetuem-se as seguintes alterações na legislação vigente:

- a) Na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, introduziu-se na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) o princípio de Coibir práticas de exploração comercial ou turística em áreas de risco de desastres e estimular o turismo ecológico seguro.
- b) Na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, introduziu-se vedação expressa de atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas em áreas de risco



de desastres, devendo a vedação durar o tempo que for necessário para se restabelecer as condições de segurança.

- c) Na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), introduziu-se também a vedação expressa de atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas em área onde haja risco de dano ambiental ou risco à saúde e à vida humana.
- d) Na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, introduziu-se a tipificação, como crime ambiental, o ato de autorizar ou auferir rendimentos com atividades comerciais, turísticas, desportivas ou recreativas em área onde haja risco de dano ambiental ou risco à saúde e à vida humana.
- e) No Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), introduziu-se a tipificação penal do ato de expor a vida ou a saúde de uma pessoa a perigo por meio de exploração remunerada de atividade comercial, turística, desportiva ou recreativa em desacordo com as normas legais.

Essas medidas são necessárias para prevenir a recorrência de lesões e mortes por falta de clareza na responsabilização dos prestadores de serviços quanto à segurança de pessoas que participam de atividades de ecoturismo ou atividades correlatas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 2 de February de 2022.

**TÚLIO GADÊLHA**  
**Deputado Federal**  
**PDT/PE**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225966836200>

